



Número: **0600243-05.2020.6.16.0206**

Classe: **RECURSO ELEITORAL**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Dr. Rogério de Assis**

Última distribuição : **22/11/2020**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Processo referência: **0600242-20.2020.6.16.0206**

Assuntos: **Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Banner/Cartaz/Faixa**

Objeto do processo: **Da decisão proferida nos autos de Representação nº 0600243-05.2020.6.16.0206, que julgou parcialmente procedente a representação para o fim de determinar a remoção em definitivo da propaganda irregular, indeferindo, todavia, o pedido de aplicação de multa pecuniária. Indeferiu, também, o requerimento da defesa de autorização para recorte e adesivagem dos banners já existentes, tendo em vista que a Justiça Eleitoral de primeiro grau não tem competência para responder consulta formulada em tese. (Representação por Propaganda Eleitoral Irregular, com pedido liminar, ajuizada pela Coligação Sarandi Não Pode Parar e Partido Social Democrático (PSD) em face do candidato a prefeito Carlos Alberto de Paula Júnior, alegando, em síntese, que o candidato está utilizando indevidamente materiais gráficos (banner) em imóveis particulares. Cita endereços: 1 - Rua Julio Dvoranen, nº 354, Centro, Sarandi-PR; 2 - Rua Tai, esquina com a Rua Verão, Centro, Sarandi-PR; 3 - Rua Guiapo, nº 959, Centro, Sarandi-PR; 4 - Rua Tai, nº 282, Centro, Sarandi-PR; 5 - Rua Machado de Assis, nº 1153, Jardim Independência, Sarandi-PR; 6 - Rua Machado de Assis, nº 1177, Jardim Panorama, Sarandi-PR; 7 - Rua José de Alencar, nº 244, Jardim Novo Panorama, Sarandi-PR. Alega que, com tal conduta, houve violação do art. 37, § 2º, II da Lei 9.504/97, o qual determina somente ser possível a aposição de adesivo plástico em janelas residenciais, desde que não exceda a 0,5 m² (meio metro quadrado). Descrição da propaganda: "Cido Polícia 40000 De Paula 11; 11011; A transformação voltará 17177; 40263; 11234; 11111"). RE3**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR (RECORRENTE)		GUILHERME DE SALLES GONCALVES (ADVOGADO) LUIZ CARLOS MANZATO (ADVOGADO)	
COLIGAÇÃO SARANDI NÃO PODE PARAR 20-PSC / 10-REPUBLICANOS / 55-PSD / 14-PTB / 45-PSDB / 23-CIDADANIA (RECORRIDO)		FUJIE KAWASAKI (ADVOGADO) DIEGO FRANCO PEREIRA (ADVOGADO) SIMONE YURIKO TANAKA (ADVOGADO)	
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO - COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL (RECORRIDO)		FUJIE KAWASAKI (ADVOGADO) DIEGO FRANCO PEREIRA (ADVOGADO) SIMONE YURIKO TANAKA (ADVOGADO)	
Procurador Regional Eleitoral1 (FISCAL DA LEI)			

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
22383 216	09/12/2020 17:38	Decisão	Decisão



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

0600243-05.2020.6.16.0206

RECORRENTE: CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR

Advogados do(a) RECORRENTE: GUILHERME DE SALLES GONCALVES - PR0021989, LUIZ CARLOS MANZATO - PR0015748

RECORRIDO: COLIGAÇÃO SARANDI NÃO PODE PARAR 20-PSC / 10-REPUBLICANOS / 55-PSD / 14-PTB / 45-PSDB / 23-CIDADANIA, PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO - COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL

Advogados do(a) RECORRIDO: FUJIE KAWASAKI - PR0103933, DIEGO FRANCO PEREIRA - PR0057778, SIMONE YURIKO TANAKA - PR0074418

Advogados do(a) RECORRIDO: FUJIE KAWASAKI - PR0103933, DIEGO FRANCO PEREIRA - PR0057778, SIMONE YURIKO TANAKA - PR0074418

RELATÓRIO

Trata-se de recurso interposto por CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR em face da sentença que julgou parcialmente procedente a Representação por Propaganda Eleitoral Irregular, determinando a remoção da propaganda realizada em dissonância ao determinado pela legislação (ID 15734116).

A Procuradoria Regional Eleitoral apresentou parecer (ID 20643166) opinando pelo não conhecimento do recurso, em razão da perda superveniente do objeto.

Devidamente intimado, o recorrente se manifestou pelo não conhecimento do recurso, em razão da perda do objeto, considerando o encerramento do período de campanha eleitoral (ID 22075516).

É o relatório.

Decido.



O objeto da presente representação se refere à propaganda com o uso de materiais gráficos (banner) em imóveis particulares, em desacordo com o disposto na legislação eleitoral, na Eleição 2020.

A r. sentença (ID 15734116) impôs aos representados *“a remoção em definitivo da propaganda irregular, indeferindo, todavia, o pedido de aplicação de multa pecuniária”*, não havendo nos autos informação acerca de eventual descumprimento apto a ensejar a aplicação de multa.

Desse modo, considerando que o objeto do presente recurso é a reforma da sentença, para se autorizar a publicidade eleitoral por meio de fixação de banner na medida de 0,5m², em qualquer local do imóvel, e que o recorrente confirmou a superveniente perda do interesse, diante do encerramento da campanha eleitoral, impõe-se o não conhecimento do recurso.

Assim, com esteio no art. 31, inciso II do RITRE c/c art. 493 e 932, inciso III, ambos do CPC, **NÃO CONHEÇO** do recurso interposto por CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR, ante a perda superveniente do interesse recursal.

Publique-se. Intimem-se.

Autorizo a Sra. Secretária Judiciária a assinar os expedientes necessários ao cumprimento desta decisão.

Curitiba, datado e assinado digitalmente.

ROGERIO DE ASSIS - Relator

